

O papel da inserção das rádios comunitárias em comunidades carentes¹

Mayara Bailo Gomes²

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC)
Ângela maria Grossi de Carvalho- Orientadora

Resumo: O artigo trata da importância das rádios comunitárias na periferia. Procura analisa-las dos ângulos social, observa as mudanças que ocasionaram na vida das pessoas; político, as rádios que são usadas como meio de manipulação das comunidades a fim de conseguir votos para um ou outro candidato; e judicial, analisa os impasses entre a Associação Mundial das Rádios Comunitárias e o Ministério das Comunicações. Partindo do Conceito de mídia comunitária em geral, conclui que a rádio, quando bem administrada, torna-se uma forma de levar informação e cultura, dentre outras melhorias alcançadas quando se combina seus trabalhos com o de ONGs.

Palavras-chave:

Comunidade Carente, Comunicação Mídia Comunitária, Rádio comunitária,

Introdução

Este artigo pretende analisar as mídias comunitárias e o efeito que provocam em comunidades carentes, observando os aspectos psicossociais da comunidade antes e depois da inserção deste tipo de mídia discutindo sua dinâmica e atuação, partindo do conceito de mídia comunitária em geral e da história da rádio comunitária no Brasil.

¹ Trabalho apresentado no IJ 4 – Comunicação Audiovisual do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 3 a 5 de julho de 2013.

² Aluna de Graduação do 1º termo do curso de Comunicação Social Radialismo na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Contato: mayara_bailo@hotmail.com



Motivado pelo interesse em fazer com que a comunicação ultrapasse das paredes das produtoras, emissoras de rádio e tv e universidades, e chegue até os menos favorecidos da sociedade, levando informação e apresentando novas perspectivas de vida, o artigo

tem por objetivo pesquisar sobre as áreas de atuação de uma rádio comunitária e expor suas possibilidades e entraves, por exemplo, com a legislação.

As primeiras rádios comunitárias surgiram com a colocação de auto-falantes nos postes de bairros periféricos para levar mensagens das organizações comunitárias aos moradores. Um exemplo é a Rádio Maqui, em 1948, que tinha como objetivo inicial divulgar promoções de uma loja e depois passou a transmitir programações de utilidade pública, como debates políticos, e conteúdos de entretenimento como músicas e jogos de futebol. A primeira rádio estruturada voltada à comunidade foi a rádio Patrulha em Ermelindo Matarazzo, zona leste de São Paulo. A maior proliferação das rádios comunitárias decorre da regulamentação da radiodifusão de baixa potência, cujo o marco histórico é o dia 10 de abril de 1995, quando o então Ministro das Comunicações, Sérgio Motta recebeu um grupo de representantes das rádios livres e comunitárias e reconheceu a existência de milhares de emissoras de baixa potência.

Desde a sua regulamentação em fevereiro de 1998, as rádios comunitárias, ou seja “a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço” (LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998) cumprem um papel importante nas comunidades, divulgando a cultura, o convívio social e eventos locais; noticiando os acontecimentos comunitários e de utilidade pública; promovendo atividades educacionais para melhoria das condições de vida da população. Sendo uma organização sem fins lucrativos, a rádio permite que os interesses da comunidade sejam colocados em primeiro plano, diferentemente de uma rádio convencional, onde o interesse pela audiência é maior que a preocupação com os serviços de utilidade pública.

Utilizando o método de pesquisa exploratória com procedimentos de pesquisa bibliográfica vamos discutir a importância da rádio comunitária tanto para seus emissores quanto receptores. Partindo do conceito de mídia comunitária, seus objetivos, características e mudanças que ocasionam, vamos analisar, utilizando exemplos de rádios comunitárias pela América Latina, a rádio como um todo, vendo suas partes boas, mudanças que ocasionam, trabalhos em conjunto com ONGS, e ruins, rádios que



cedem a influências políticas, ou são criadas com o objetivo de manipular determinada população, também será discutido neste artigo a questão da legislação que regulamenta as rádios comunitárias, se sua atuação é condizente, e os empasses na outorgação, o que leva muitas a ficar na clandestinidade ou até mesmo serem extintas.

Mídia Comunitária

Há uma relação entre a chamada mídia local e a mídia comunitária. PERUZZO (2003 p.02) diz que apesar da dificuldade de delimitação dos conceitos,

a tendência maior é que a mídia local se ocupe de assuntos mais gerais (das vias públicas, tragédias, violência urbana, tráfico de drogas, política local, serviços públicos, problemas da cidade, culinária regional etc.), enquanto os meios comunitários trabalham principalmente com pautas de interesse mais específico de segmentos sociais (assuntos dos bairros, do trabalho, do movimentos sociais, questões de violência, esclarecimentos quanto aos perigos relacionados às drogas e outras problemáticas de segmentos sociais excluídos).

Mídia comunitária refere-se, na América Latina, ao tipo de comunicação produzida a partir da mobilização e organização social das minorias ou excluídos da sociedade, ou seja, coloca os meios de comunicação a serviço dos interesses populares, com objetivo de melhorar a organização dos segmentos subalternos, conscientizar a população para a qual é dirigida, bem como superar desigualdades e lutar pela justiça social. Seu enfoque dá-se nos movimentos sociais e podem estar inclusos nessa categoria tanto pequenos meios de comunicação, tem como principal motivação contribuir para que a comunidade se desenvolva e amplie o exercício dos direitos e deveres de cidadania daqueles que habitam o local, não tem finalidades lucrativas, trabalha com apoio cultural, verba ou doações, tendo seus excedentes revertidos para a sustentabilidade da organização e seu investimento próprio. São exemplos de mídia comunitária desde um jornal que circula gratuitamente apenas no bairro, até sites em que qualquer um pode contribuir com o conteúdo, por exemplo Wikipedia.

No contexto de articulação dos movimentos sociais, onde há insubmissão frente ao poder das instituições que formam o cidadão (escola, igreja, estado), a comunicação comunitária faz-se necessária por ser mais eficaz, possibilitando a participação direta, ou seja, os receptores das mensagens tornam-se, simultaneamente emissores, como por exemplo o movimento feminista, que ocasionou a criação de 150 jornais alternativos na década de 1970.



Assim descreve PERUZZO (1999 p.14) sobre a importância e áreas de atuação dos meios de comunicação comunitários/populares na sociedade em que atuam:

Contribuem[...] duplamente para a construção da cidadania. Oferecem um potencial educativo enquanto processo e também pelo conteúdo das mensagens que transmitem. Por seus *conteúdos* podem dar vazão à socialização do legado histórico do conhecimento, facilitar a compreensão das relações sociais, dos mecanismos da estrutura do poder (compreender melhor as coisas da política), dos assuntos públicos do país, esclarecer sobre os direitos da pessoa humana e discutir os problemas locais [...]. Podem facilitar a valorização das identidades e raízes culturais, abrindo espaço para manifestações dos saberes e da cultura da população: da história dos antepassados às lendas e às ervas naturais que curam doenças. Ou servir de canal de expressão aos artistas do lugar, que dificilmente conseguem penetrar na grande mídia regional e nacional. Ou, ainda, informar sobre como prevenir doenças, sobre os direitos do consumidor, o acesso a serviços públicos gratuitos (como registro de nascimento) e tantos outros assuntos de interesse social.

É importante a mobilização social em torno da mídia comunitária. Apesar de ser um processo difícil que requer sentimentos motivadores por parte de toda uma equipe para que as tais mídias, de baixo orçamento, sejam reconhecidas e escolhidas pelos espectadores, acostumados a emissoras de comunicação em massa, distantes de sua realidade e linguagem. Ação tão ou mais difícil é a articulação social para o empenhamento de meios de comunicação, ou seja, conseguir um espaço em uma emissora de televisão grande, por exemplo, para exibir conteúdos produzidos por determinada comunidade, pois exige que se estabeleça, ao invés de uma relação consumidor/emissor de conteúdo, uma relação de igualdade entre os membros da comunidade e os canais de comunicação, quando realizada, a participação de pessoas não formadas na área de comunicação na organização técnica e/ou administrativa contribui para que se sintam “protagonistas da comunicação”, capazes de realizar conteúdos que estão acostumados a receber prontos.

A rádio intervindo na comunidade e a participação dos moradores na produção de conteúdo

Primeiramente, a rádio só é comunitária quando os moradores do local a reconhecem como tal. Do contrário, passa a ter papel político, servindo, muitas vezes, como meio de propaganda política, ou até manipulação. Porém, se trabalhada com a



comunidade e para a comunidade, ouvindo os moradores, suas reclamações e requerimentos, a emissora radiofônica acrescenta informação, além de melhorias a rádio torna-se um movimento social, mudando a vida dos moradores, como por exemplo, a rádio Juventud FM, em San José de Guaviare, Colômbia, que retira jovens do narcotráfico em um contexto de guerrilhas através do projeto denominado Juventud por el Guaviare que realiza atividades como ecopasseios, video-fóruns, torneios esportivos e clubes juvenis comunitários.

É direito garantido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, a informação e a liberdade de opinião e expressão, os meios comunitários, são os que mais potencializam a participação popular no conjunto dos meios de comunicação brasileiros, pois é da vontade de participar ativamente da mídia que estes surgem. É estritamente importante a participação popular nas rádios comunitárias, sem ela não há motivo para organizar tal tipo de emissora, a comunidade encontra nela sua voz e participa da rádio contribuindo com o conteúdo, através de denúncias que originam matérias jornalísticas, produções culturais, por exemplo músicas de autoria própria e eventos, participação dos eventos organizados pelas rádios e, por fim, opinando sobre a grade de programação e principalmente como receptores de conteúdo, fazendo parte da audiência.

Quando trabalhadas em conjunto com ONGs, as rádios trazem melhorias não só educacionais, mas também promovem ações práticas, como por exemplo a Rádio Comunitária NB, em Niterói, que conta com a participação de voluntários/as e alunos/as da região. A rádio é parte do projeto Oficina de Comunicação Comunitária que oferece gratuitamente capacitação básica de comunicação radiofônica, técnicas de voz, locução e operação de equipamentos. Além da formação técnica, a Oficina de Comunicação promove aumento da auto-estima nos/as participantes.

A Rádio Comunitária do Campeche, em Florianópolis, é um modelo perfeito de rádio comunitária, pois, além de ter como objetivo produção e divulgação de informação pelos membros da comunidade e a busca por apresentar um projeto de comunicação distinto dos meios grandes de comunicação, ser regida por uma assembleia de associados e os membros da diretoria serem escolhidos por eleição, também organiza ações em conjunto com ONGs, como a horta comunitária, realizada em conjunto com o Movimento dos Sem Terra (MST) e o sindicato dos eletrecitários, o projeto Todos “Podem Aprender Sempre” (TOPAS), que visa diminuir as distorções série/idade entre os alunos do Ensino Fundamental na escola básica Brigadeiro Eduardo



Gomes. Neste Projeto a rádio organiza oficinas de produção de programas para os alunos do projeto, que produzem um roteiro, gravam e editam um programa que vai ao ar na rádio da própria escola, a “Rádio Brigadeiro”.

Legislação: regulamentação e entraves

Um dos problemas encontrados é a legislação que rege essas emissoras. A lei citada acima, apesar de preocupar-se com a regulamentação das rádios e tentar impedir que rádios comerciais se apoiem na lei para pagar menos impostos, contém entraves à criação e sustentação das emissoras comunitárias pois limita sua atuação à um quilômetro e meio de raio, proíbe formação de redes com outras rádios, não garante proteção de interferência de outras emissoras e serviços de telecomunicação, e aprova a concessão por três anos, tendo uma renovação após três anos. Tal rigidez faz com que as rádios comunitárias permaneçam muitas vezes clandestinas, limitando sua atuação. Mesmo com tantos entraves, são inúmeras as rádios que surgem todos os dias, comandadas principalmente por jovens que veem nelas uma oportunidade de auto-afirmação e uma opção à falta de espaços culturais nas comunidades carentes. Atualmente, o movimento das rádios comunitárias, cujo principal expoente é a Associação Mundial das Rádios Comunitárias (AMARC), reivindica uma legislação que se aproxime mais com a realidade e as necessidades das rádios comunitárias, por exemplo, a isenção do pagamento, pelas rádios, de direitos autorais aos artistas, além de um sistema de concessão acessível e prático, pois hoje são necessários 3 anos e 6 meses em média para que seja permitido que a emissora entre em funcionamento, tal prazo exacerbado se deve ao excesso de documentos requisitados que acabam por dificultar a análise da entidade com o objetivo de definir se esta caracteriza-se ou não como emissora comunitária, e ao número limitado de pessoal para realizar, dentre as outras tarefas do Ministério das Comunicações, os procedimentos necessários para a outorgação.

É necessário que o governo siga o exemplos das rádios e comece a trabalhar em conjunto com as comunidades, atendendo às necessidades das rádios comunitárias, flexibilizando a legislação e desburocratizando o sistema a fim de estimular a criação de mais rádios e permitir que as existentes persistam, dando á elas uma alternativa de sustentabilidade que não inclua anúncios publicitários, por exemplo um fundo governamental de verba para esse tipo de organização, suporte operacional a partir da capacitação de rádiodifusores comunitários, dando a eles noções de legislação, técnica e



gestão, incentivando a produção de conteúdo em parceria com universidades e realize uma fiscalização com objetivo educacional.

A rádio participando na construção de cidadãos

A comunicação comunitária é um dos principais contribuintes para a consciência de cidadania em uma comunidade, não só pelo seu caráter denunciativo e reivindicatório, mas também pelo próprio processo de realização, que adquire papel educacional, já que ao participar destes meios, o cidadão passa a compreender melhor a mídia e o contexto onde vive, adquirindo uma visão crítica do mundo. No caso da rádio comunitária, os ouvintes passam a ser também produtores de conteúdo, mudando seu modo de ver o mundo e tornando-se pessoa crítica, que não aceita mais todo tipo de informação como dogma, mas pesquisa sobre sua veracidade. Para que isso ocorra é necessária a viabilização e estímulo dessa participação, através de páginas na internet, telefones para contato e criação de programas com formato interativo, onde, por exemplo, os ouvintes mandem sugestões de pauta ou músicas para incluir na programação. A participação de moradores das comunidades nos processos de gestão, produção de conteúdo de entretenimento e técnica de uma rádio também é essencial, porém, o número de rádios comunitárias em que moradores participam ativamente dos três processos simultaneamente é restrito, ainda que represente o ideal em termos educacionais, comunicativos e democráticos pois gera um consenso de coresponsabilidade e representatividade entre o habitantes do local em si, e o cidadão que exerce alguma das funções. Por fim, a participação popular ganha sua importância maior na construção da noção de cidadania nos moradores, tanto pelo conteúdo que oferecem, quanto pelo processo, algumas vezes democrático, no qual tal conteúdo é produzido. No quesito informacional, um programa de uma rádio comunitária em uma favela direcionado aos jovens, por exemplo, ao abordar assuntos como narcotráfico, prostituição, doenças sexualmente transmissíveis e expor alternativas aos estilos de vida que os jovens se deparam na favela, pode mudar sua concepção de mundo.

Outro exemplo é a abertura da programação das rádios comunitárias aos artistas locais independentes, criando uma identidade cultural local e abrindo espaço aos artistas que, na maioria das vezes, não tem acesso às grandes mídias. Esse é o motivo da rádio comunitária não precisar produzir conteúdos muito semelhantes aos das rádios comerciais. O povo a escuta por se sentir representado e se identificar com a emissora.



A função Política da rádio na comunidade

As rádios comunitárias apresentam-se como alternativa à exclusão social da produção de conteúdo audiovisual, e configuram-se como um espaço em potencial para o desenvolvimento da cidadania, contribuindo para a educação informal e não-formal através das mensagens que passa, provendo novos conhecimentos tanto aos ouvintes quanto àqueles que emitem conteúdo da população fazendo com que seu papel políticossocial na comunidade seja grande. Ao emitir informação e opiniões daqueles que a realizam, a rádio passa a ser formadora de opinião, despertando interesse de políticos, principalmente quando se trata de campanha eleitoral. Tal interesse faz com que políticos profissionais mantenham diversas rádios comunitárias para usá-las em época de eleição e depois revende-las para comerciantes. Essas rádios são montadas a um custo abaixo do normal, e apresentadas à população como comunitárias, porém não seguem os preceitos de serviço à comunidade, como as rádios comunitárias “reais”, sua programação assemelha-se muito à das rádios comerciais, tocando músicas todo tempo e fazendo anúncios publicitários, vendidos a preços abaixo do mercado, e propagandas frequentes do político que as montou.

Em outros casos, as rádios não são de gerenciamento total do político que as montou, como por exemplo a rádio montada por Léo Alcântara no Pacém, no Ceará. O político entregou a administração a um líder comunitário, e a rádio passou a ter uma gestão mista. É comum casos em que as rádios são montadas forjadamente por líderes comunitários fajutos, que são, na verdade, cabos eleitorais, Bayman (2002) é assertivo ao caracterizar esta prática como “coronelismo eletrônico”, o coronel agora é o político que faz uso dos meios de comunicação que deveriam servir à comunidade para ganhar votos através de favores e assistencialismo. Como por exemplo o caso da “Rádio Comunitária de Cachoeira Dourada”, no estado de Goiás, em que o locutor, que coincidentemente é acessor do prefeito, faz ameaças ao vivo ao diretor da ONG Transparência Cachoeirense, aproveitando-se da restrição aos acessos a outros meios de comunicação, já que até hoje o sinal das emissoras goianas não chegou à cidade. Em 09 de setembro de 2010, o locutor e acessor do prefeito fez ameaças mais veementes ao trabalho de investigação da ONG, que naquela época distribuía panfletos sobre um suposto escândalo do ex-prefeito de Cachoeira Dourada. Um dos motivos da ocorrência desta prática é o desconhecimento por parte dos locutores e produtores, que geralmente são moradores da comunidade, do poder social mobilizador e aglutinador que a rádio tem e de suas verdadeiras motivações. Um claro exemplo de utilização de meios de



comunicação para fins políticos foi a concessão pelo então presidente, 1995 a 1998, José Sarney de várias licenças de funcionamento à emissoras de rádio e televisão ligadas a parlamentares que votaram a favor da emenda que garantia-lhe mandato de cinco anos.

O papel da rádio comunitária em eleições e eventos políticos é o de conscientizar o povo da importância do voto como exercício de cidadania e de seu poder na sociedade. Um exemplo de papel bem desempenhado por uma rádio comunitária foi o da rádio Mandacaru FM 99,5, de Fortaleza, na visão de Vieira (2004), a rádio, mesmo tendo seus componentes ligados a partidos políticos de esquerda apresentou-se imparcial nas eleições de 2000.

Considerações finais

Por fim, podemos considerar que a a rádio comunitária, apesar de entraves de legislação, que dificulta a legalização e a captação de recursos para a própria subsistência, má administração usando-as para interesses políticos, pode desenvolver um papel importante na comunidade se gerenciada a favor e em conjunto com ela, trazendo melhorias: aos que trabalham na rádio - elevando sua auto-estima e levando cultura a pessoas que talvez não teriam a oportunidade, tornando-os cidadãos críticos, pensantes e desmistificando a mídia como “coisa de gente estudada”; aos moradores - através da participação nos programas, das reivindicações feitas, bem como as melhorias trazidas pela informação que rádio proporciona e pelas ações realizadas em prol da sociedade que geram inclusão social; estruturação de uma identidade cultural entre aquela população que se sente representada tendo um meio de comunicação próprio, que trata de assuntos de seu cotidiano e toca músicas de artistas locais; A auto-estima da comunidade é então, elevada ao perceber que possui uma identidade, ou seja, é pertencente a algum lugar.

Quando administradas a favor da comunidade e sem que os lucros sejam colocados a frente dos interesses em melhora-la, a rádio pode trazer melhorias em todos os aspectos, sendo, portanto, importante agente de inclusão social pois traz informação e contribui para a construção de cidadãos críticos, que já não aceitam qualquer tipo de explicação dada pela mídia ou pelos governantes.

Referências Bibliográficas



AMARC. **Revisando os avanços perdidos do debate da radiodifusão comunitária no Brasil.** Disponível em:

http://amarcbrasil.org/wpcontent/uploads/2013/04/AMARC_Brasil_Revisando_os_avan%C3%A7os_perdidos.pdf Acesso em: 17 de maio de 2013

AMARC. <http://amarcbrasil.org> . Acesso em: 17 de maio de 2013

BELTRÃO, Luiz. **Teoria e Prática do Jornalismo.** São Paulo, UNESCO, 2006.

BERNARDES, Eduardo. **Rádio Comunitária de Cachoeira Dourada.** Disponível em: <http://obscomcom.org/radcom/radio-comunitaria-de-cachoeira-dourada/> Acesso em: 17 de maio de 2013

CAMPECHE, Rádio. **A Rádio.** Disponível em: <http://radiocampeche.com.br/a-radio/> Acesso em: 17 de maio de 2013

COMUNITÁRIA, S6 Rádio. **Rádio.** <http://srcomunitaria.blogspot.com.br/> . Acesso em: 17 de maio de 2013

COSTA, Mauro Sá Rego; HERMANN JR, Wallace. **Rádios livres, rádios comunitárias, e outras formas de fazer rádio e política.** Disponível em: http://uninomade.net/wp-content/files_mf/113003120951R%C3%A1dios%20livres%20r%C3%A1dios%20comunit%C3%A1rias%20Outras%20formas%20de%20fazer%20r%C3%A1dio%20e%20pol%C3%ADtica%20-%20Mauro%20S%C3%A1%20Rego%20Costa%20e%20Wallace%20Hermann%20Jr.pdf. Acesso em: 14 maio 2013.

GIMENEZ, Juan C. R. **La Juventud Está Activa en Guaviare.** Disponível em:

<http://www.eltiempo.com/archivo/documento/MAM-921160> . Acesso em 17 de mai de 2013

MALERBA, João Paulo Carreira. **Rádios Comunitárias: ampliando o poder de ação.**

Disponível em:

https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&ved=0CDsQFjAC&url=http%3A%2F%2Fwww.overmundo.com.br%2Fdownload_banco%2Fradios-comunitarias-ampliando-o-poder-de-acao&ei=VVaWUZe6FK2r4AO5jYHgDg&usq=AFQjCNEdCueBRUe_axAOSZbzI2sIN_7Blw&sig2=SiFx7WiLTP-aJqKUqAsmXA . Acesso em: 17 de maio de 2013

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. **Radiodifusão comunitária no Brasil. Análise da situação e sugestões para sua disseminação .** Disponível em: http://amarcbrasil.org/wp-content/uploads/2013/04/GTI_2005_Relatorio_final.pdf Acesso em: 17 de maio de 2013

NUNES, Márcia Vidal. **As rádios comunitárias nas Campanhas eleitorais: exercício de cidadania ou Instrumentalização.** Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n22/n22a06.pdf> Acesso em 17 de maio de 2013

PERUZZO, Cicilia M. K. Rádio Comunitária, educação e desenvolvimento. In: PAIVA, Raquel. **O Retorno da Comunidade, os Novos Caminhos do Social.** Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

PERUZZO, Cicilia M. K. **Rádios Comunitárias: entre controvérsias, legalidade e repressão.**



PERUZZO, Cicilia M.K. **Participação nas Rádios Comunitárias no Brasil.** Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/peruzzo-cicilia-radio-comunitaria-br.pdf>

PERUZZO, Cicilia M.K. **Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania.** Disponível em: http://www.portalgens.com.br/comcom/direito_a_comcom.pdf
Acesso em: 17 de maio de 2013

PERUZZO, Cicilia M.K. **Comunicação Comunitária e educação para a cidadania.** .
Disponível em: <http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista13/artigos%2013-3.htm> Acesso em 17 de maio de 2013

PERUZZO, Cicilia M.K. **Televisão comunitária: dimensão pública e participação cidadã na mídia local.** Rio de Janeiro: Mauad, 2007. 197

RTS. **Rádio Comunitária tem trabalho diferenciado.** Disponível em: <http://www.rts.org.br/noticias/destaque-4/radio-comunitaria-promove-oficina-de-comunicacao-em-niteroi/>. Acesso em: 16 de maio de 2013.

VOLPATO, Marcelo de Oliveira. **Rádio comunitária, participação e cidadania: A Rádio Jornal FM.** Disponível em: http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/5/57/20_-_Radio_Comunitaria_-_Marcelo.pdf Acesso em: 17 de maio de 2013

WIKIPÉDIA, **Coronelismo.** Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Coronelismo> Acesso em: 17 de maio de 2013